

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE

**Estudo Técnico Preliminar 107/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 8878/2025

**2. Objetivo**

2.1. Os presentes Estudos Técnicos Preliminares têm por objetivo identificar os problemas e analisar as soluções aplicáveis, por meio da reunião e documentação de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais, necessários e suficientes para subsidiar a elaboração do Termo de Referência voltado à aquisição de plaquetas de tombamentos para serem usadas nos bens móveis do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE/RN).

A contratação visa atender às demandas de padronização da identificação patrimonial mediante aquisição de plaquetas de tombamento para os bens móveis institucionais, promovendo maior controle, rastreabilidade e organização do acervo patrimonial, observando o disposto no art. 18, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como na Instrução Normativa nº 58/2022 – SEGES/ME.

**3. Descrição da necessidade**

3.1 O TRE/RN possui extenso patrimônio mobiliário distribuído em suas diversas unidades administrativas e jurisdicionais. A adequada identificação e controle patrimonial são essenciais para a gestão eficiente dos bens públicos, permitindo rastreabilidade, inventário adequado e preservação do patrimônio.

3.2 Verificou-se a necessidade de aquisição de plaquetas de tombamento para identificação padronizada dos bens móveis institucionais, visando:

- Aprimorar o controle patrimonial através de identificação visual clara e durável
- Facilitar os processos de inventário e localização de bens
- Garantir conformidade com as normas de gestão patrimonial da administração pública
- Prevenir extravios e facilitar a rastreabilidade dos ativos
- Modernizar o sistema de identificação patrimonial, especialmente nos espaços recém-adequados

3.3 A ausência de plaquetas de tombamento adequadas pode acarretar:

- Dificuldades na realização de inventários periódicos

- Risco de perdas e extravios não detectados
- Impossibilidade de rastreamento eficiente do patrimônio
- Não conformidade com normas de controle patrimonial
- Prejuízos à gestão administrativa e transparência institucional

#### 4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEÇÃO DE GESTÃO PATRIMONIAL	AMALDO RODRIGUES LIMA

#### 5. Descrição dos Requisitos da Contratação

##### 5.1 Requisitos orçamentários:

5.1.1 O valor para essa demanda é de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme prevista no PCA de 2026 sob o código PAT.XOO\_26.02

5.1.2. Caso o valor previsto seja ultrapassado, o TRE/RN deverá providenciar sobras orçamentárias para cobrir a diferença.

##### 5.2 Requisitos temporais:

5.2.1 A solução deve ser provida durante o exercício financeiro de 2026, uma vez que há orçamento disponível para esse fim apenas durante o referido período.

##### 5.3 Requisitos geográficos:

5.3.1 A empresa contratada não precisa ter sede ou filial no Rio Grande do Norte.

##### 5.4 Requisitos operacionais:

5.4.1 A futura aquisição e/ou prestação dos serviços deverão ser entregues no Centro de Operações da Justiça Eleitoral – COJE situado na Rua da Torre, 534 – Tirol, Natal-RN, CEP 59015-380

##### 5.5 Requisitos de sustentabilidade:

5.5.1 A futura contratada deverá adotar as exigências contidas na Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG, no que couber;

5.5.2 Também deverá ter conhecimento do Plano de Logística Sustentável do TRE/RN e adotar suas práticas no que for cabível.

##### 5.6 Requisitos fiscais e trabalhistas:

5.6.1 A empresa licitante deverá possuir regularidade com a Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista. Sob nenhuma hipótese o TRE/RN homologará a licitação caso essas certidões de regularidade não tenham sido apresentadas;

#### 5.7 Requisitos administrativos:

5.7.1 A empresa licitante também deverá manter situação de regularidade junto ao CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) e o Portal de Transparência do Governo Federal (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas) devendo manter essa condição durante toda execução contratual.

## 6. Levantamento de Mercado

### 6.1 Solução 1: Realizar a aquisição de plaquetas de tombamento em quantidade suficiente para atender às necessidades atuais e futuras de identificação patrimonial.

6.1.1 Vantagem: Dispor das plaquetas em estoque adequado, possibilitando aplicação imediata nos bens móveis conforme necessidade, garantindo continuidade do controle patrimonial e atendimento ágil às demandas de tombamento nas diversas unidades do Tribunal e Zonas Eleitorais.

6.1.2 Desvantagem: Pode haver necessidade de aquisição complementar futura caso ocorra expansão significativa do patrimônio ou mudanças nos padrões de identificação adotados pela instituição.

### 6.2 Solução 2: Realizar a aquisição de plaquetas de tombamento individualmente, apenas quando houver demanda específica.

6.2.1 Vantagem: Disponibilização das plaquetas conforme necessidade pontual, evitando formação de estoque.

6.2.2 Desvantagem: O custo unitário tende a ser mais elevado em aquisições fracionadas, e a indisponibilidade no mercado ou prazos de fabricação/personalização podem comprometer a identificação imediata dos bens. Além disso, múltiplos processos de compra aumentam significativamente o tempo e os custos operacionais, prejudicando a eficiência do controle patrimonial e dificultando a realização de inventários.

### 6.3 Solução 3: Produzir as plaquetas de tombamento internamente, com recursos próprios do Tribunal.

6.3.1 Vantagem: Possibilidade de personalização imediata e controle total sobre o processo de confecção.

6.3.2 Desvantagem: Necessidade de investimento em equipamentos, materiais e capacitação de servidores, além do desvio de recursos humanos de suas atividades-fim. O custo de produção interna pode ser superior ao da aquisição no mercado, e a qualidade e durabilidade podem ser comprometidas sem expertise técnica adequada.

**6.4 Nesse contexto, a Solução 1 se mostra a mais viável, pois as plaquetas de tombamento são elementos essenciais para a gestão patrimonial contínua, sendo aplicadas sempre que há aquisição, movimentação ou inventário de bens móveis nas unidades do TRE/RN e nas Zonas Eleitorais. Assim, é fundamental dispor de estoque adequado que permita aplicação imediata, garantindo a rastreabilidade do patrimônio e a conformidade com as normas de controle patrimonial, sem necessidade de aguardar processos de compra emergenciais que comprometam a eficiência administrativa.**

## **7. Descrição da solução como um todo**

**7.1 A contratação visa garantir o adequado controle e gestão patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE/RN), sendo necessária a aquisição de plaquetas de tombamento, itens essenciais para proporcionar identificação padronizada, rastreabilidade e conformidade com as normas de administração pública.**

**7.1.1 Plaquetas de tombamento** – Destinadas à identificação permanente e individualizada dos bens móveis institucionais, mediante fixação de etiquetas contendo número de tombamento, código de barras ou QR Code e identificação institucional. Devem possuir material resistente, durável e sistema de fixação adequado a diferentes superfícies. Sua disponibilidade é fundamental para a realização de inventários, localização de bens, prevenção de extravios e garantia de transparência na gestão do patrimônio público, assegurando conformidade com as normas de controle patrimonial e facilitando auditorias internas e externas.

**7.2 A aquisição desses itens tem como objetivo atender as demandas de identificação patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE/RN), garantindo a disponibilidade imediata de plaquetas para tombamento de novos bens, reposição de plaquetas danificadas ou aplicação em patrimônio ainda não identificado.**

**7.3 Nesse contexto, a Solução 1 se mostra a mais viável, pois as plaquetas de tombamento são elementos de uso contínuo e essenciais para a gestão patrimonial do TRE/RN. Dessa forma, a aquisição prévia e a manutenção de um estoque adequado são fundamentais para minimizar o tempo entre a necessidade de identificação e a aplicação das plaquetas, garantindo a continuidade do controle patrimonial e evitando impactos na realização de inventários, auditorias e processos de movimentação de bens.**

**7.4 Os benefícios da aquisição incluem:**

- Garantia de controle patrimonial efetivo e padronizado em todas as unidades do Tribunal, facilitando a localização, rastreamento e gestão dos bens móveis institucionais.
- Redução de custos a longo prazo, evitando despesas elevadas com aquisições emergenciais, fracionadas ou processos licitatórios repetidos para pequenas quantidades de plaquetas.
- Otimização dos processos de inventário e auditoria, permitindo identificação rápida e precisa dos bens, reduzindo tempo de execução e garantindo conformidade com as normas de controle interno.
- Prevenção de perdas e extravios patrimoniais, assegurando maior transparência e accountability na gestão dos recursos públicos.
- Facilidade na aplicação imediata das plaquetas sempre que houver aquisição de novos bens, transferências entre unidades ou necessidade de reposição, garantindo continuidade da organização patrimonial sem interrupções.

**7.5 Dessa forma, a aquisição planejada de plaquetas de tombamento representa a solução mais eficiente e econômica para garantir a adequada gestão patrimonial do TRE/RN, proporcionando melhores condições para o controle, rastreabilidade e transparência dos bens públicos, em conformidade com as melhores práticas de administração e as normas legais vigentes.**

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 Trata-se da aquisição de 6.000 (seis mil) unidades de plaquetas de tombamento para uso no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE/RN), considerando as necessidades atuais de identificação patrimonial, reposição de plaquetas danificadas e demanda histórica para controle dos bens móveis institucionais.

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 3.960,00

9.1 Estima-se que a contratação fique em torno de R\$ 3.960,00 (três mil e novecentos e sessenta reais).

9.2 Diante da diversidade de modelos e configurações de plaquetas de tombamento disponíveis no mercado, optou-se por adquirir modelos padronizados e amplamente utilizados na administração pública, que atendem às necessidades do Tribunal. Essa escolha visa garantir a durabilidade, legibilidade e eficiência na identificação patrimonial, facilitando a padronização do controle de bens, além de assegurar que os produtos adquiridos sejam de fácil aplicação, com material resistente e sistema de fixação adequado, minimizando eventuais dificuldades no processo de tombamento e garantindo conformidade com as normas de gestão patrimonial.

9.3 A estimativa total para a aquisição de plaquetas de tombamento, conforme pesquisa ao link constante do inciso II do item 9.5, é de **R\$ 3.960,00 (três mil e novecentos e sessenta reais)**, sendo:

- **Material:** Plaquetas de tombamento
- **Unidade:** UND
- **Valor unitário:** R\$ 0,66
- **Quantidade:** 6.000 unidades
- **Valor total:** R\$ 3.960,00

9.4 Ressalte-se que os valores anotados são tão somente referenciais e visam apresentar o estudo inicial da provável dimensão do impacto financeiro da aquisição. Esses valores podem variar de acordo com as condições de mercado, propostas dos fornecedores e eventuais negociações durante o processo licitatório.

9.5 Os sites pesquisados foram os descritos abaixo:

I- [https://loja.afixgraf.com.br/personalizadas/placas-de-patrimonio/placa-de-patrimonio-em-aluminio-personalizada-45x13mm.html?utm\\_campaign=pmax-loja&utm\\_medium=cpc&utm\\_source=google&utm\\_term=pmax&srsid=AfmBOoouYlTHDJhzKUc6JlqkCNYGO](https://loja.afixgraf.com.br/personalizadas/placas-de-patrimonio/placa-de-patrimonio-em-aluminio-personalizada-45x13mm.html?utm_campaign=pmax-loja&utm_medium=cpc&utm_source=google&utm_term=pmax&srsid=AfmBOoouYlTHDJhzKUc6JlqkCNYGO)

II- <https://www.alumetal.com.br/comprar/etiquetas-de-patrimonio/etiqueta-de-patrimonio-45x15mm-codigo-de-barras-com-fita-1146343603.html>

9.6 Esse valor estimado será apreciado pela Seção de Análise Técnica de Contratações – SETEC.

## **10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

10.1 O objeto será adquirido em item único, sendo integralmente fornecido por única empresa.

## **11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

11.1 Não há necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para o objeto em estudo.

## **12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

12.1 A contratação do objeto do presente Estudo Preliminar encontra-se prevista no PCA de 2026 sob o código PAT.XOO\_26.02.

## **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

**13.1 A contratação para a aquisição de plaquetas de tombamento para o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte (TRE/RN) trará os seguintes benefícios:**

**13.1.1 Melhoria do Controle Patrimonial:** As plaquetas permitirão a identificação padronizada e permanente de todos os bens móveis institucionais, proporcionando rastreabilidade eficiente, facilitando inventários periódicos e garantindo maior organização e controle do patrimônio público.

**13.1.2 Garantia de Conformidade com Normas de Gestão Pública:** Com as plaquetas disponíveis, o TRE/RN estará em conformidade com as normas de administração patrimonial, atendendo às exigências de controle interno e externo, facilitando auditorias e prestação de contas.

**13.1.3 Prevenção de Perdas e Extravios:** A identificação adequada dos bens contribui para a prevenção de perdas, extravios e uso indevido do patrimônio, garantindo maior transparência e accountability na gestão dos recursos públicos.

**13.1.4 Otimização de Recursos:** A aquisição planejada evita processos licitatórios emergenciais ou fracionados, assegurando disponibilidade imediata para tombamento de novos bens, reposição de plaquetas danificadas e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

**13.1.5 Maior Durabilidade e Eficiência:** As plaquetas escolhidas serão resistentes, duráveis e de fácil aplicação, garantindo longa vida útil, evitando reposições frequentes e maximizando o retorno sobre o investimento público.

## **13.2 Conclusão**

**13.2.1** A aquisição permite equipar adequadamente o TRE/RN com instrumentos essenciais para a gestão patrimonial, promovendo organização, controle e eficiência na administração dos bens públicos.

**13.2.2** A presente contratação tem por objeto a aquisição de 6.000 (seis mil) unidades de plaquetas de tombamento para o TRE/RN, atendendo às necessidades de identificação, controle e rastreabilidade do patrimônio mobiliário institucional.

**13.2.3** A escolha desses materiais visa assegurar maior durabilidade, legibilidade e funcionalidade no controle patrimonial, contribuindo para a melhoria dos processos de gestão, inventário e auditoria, bem como para a conformidade com as normas de administração pública. A padronização das plaquetas contribuirá para a uniformização da identificação patrimonial em todas as unidades do Tribunal.

**13.2.4** A opção por modelos resistentes, de fácil aplicação e com características técnicas adequadas tem como objetivo evitar desgaste precoce, reduzir a necessidade de reposições frequentes e maximizar o retorno sobre o investimento público. Ressalta-se, ainda, que a aquisição em quantidade adequada proporcionará ganhos de escala, com possível redução de custos unitários, além de facilitar a logística de distribuição e a gestão do controle patrimonial.

**13.2.5** A medida é fundamental para garantir o adequado controle e gestão do patrimônio do TRE/RN, promovendo transparência, rastreabilidade e eficiência administrativa, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e qualidade na gestão dos bens públicos.

## **14. Providências a serem Adotadas**

14.1 A SEPAT (Seção de Gestão Patrimonial) será responsável pela gestão, aplicação e controle das plaquetas de tombamento, mantendo estoque adequado para atender às demandas de identificação patrimonial do Tribunal. As plaquetas ficarão armazenadas na SEPAT, que realizará a fixação nos bens móveis sempre que houver aquisição de novos itens, necessidade de reposição de plaquetas danificadas ou realização de inventários, garantindo a uniformidade e a continuidade do controle patrimonial em todas as unidades do TRE/RN.

## **15. Possíveis Impactos Ambientais**

15.1 A aquisição dos bens objeto deste Estudo Preliminar, observarão a legislação vigente e alterações pertinentes, devendo observar os critérios de sustentabilidade ambiental, incumbindo à CONTRATADA, em especial:

15.2 Observar as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 01/2010, da SLTI/MPOG e Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, com as alterações introduzidas pelas Instruções Normativas IN nº 12, de 2020, nos seguintes termos:

a) Deverão ser consideradas, com o que se estipula neste Estudo, todas as normas inerentes à aquisição /fornecimento de materiais e/ou prestação dos serviços, do INMETRO, ANVISA, CONAMA, ABNT/NBR, recomendações ambientais e sustentáveis, assim como normas relativas aos serviços de comercialização e industrialização, compreendendo entre outras:

- Código de Defesa do Consumidor;
- Lei nº 6.938/1981-Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA);
- Instrução Normativa 22, de 22 de dezembro de 2021;
- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS);
- Decreto nº 10.936 de 12 de janeiro de 2022; – Regulamenta a Lei nº 12.305/2010;

15.3 Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

15.4 Um dos atributos de valor da Estratégia Nacional do Poder Judiciário (2021-2026) previsto na Resolução CNJ n. 325, de 29 de junho de 2020, refere-se à prática da sustentabilidade. A Estratégia Nacional também estabeleceu como um dos Processos Internos para o Poder Judiciário a promoção da sustentabilidade, observando-se, para tanto, o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

15.5 Importante, outrossim, ressaltar que o termo de referência exigirá o cumprimento pela contratada das disposições contidas na Instrução Normativa MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

O objeto deste Estudo Técnico Preliminar - aquisição de 6.000 (seis mil) unidades de plaquetas de tombamento - apresenta plena viabilidade para atender às necessidades de controle e gestão patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**AMALDO RODRIGUES LIMA**

Integrante Demandante



Assinou eletronicamente em 07/01/2026 às 10:14:13.



**ANDREA KARLA MENEZES PROTASIO**

Integrante Técnico